II Congresso Internacional das **Ciências Agrárias** COINTER - PDVAgro 2017

ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARTICIPATIVA E EXTENSÃO RURAL NA COMUNIDADE DE QUEIMADOS NO MUNICÍPIO DE FEIRA NOVA- PE

Apresentação: Comunicação Oral

Adjair José da Silva¹; José Denílson da Silva²; José Paulo Feitosa de Oliveira Gonzaga³; Ronaldo Alves de Oliveira Filho⁴

Resumo

A assistência técnica e a extensão rural (ATER) são serviços fundamentais no processo de desenvolvimento rural e da atividade agropecuária, pois é um instrumento de comunicação de conhecimento de novas tecnologias, geradas pelas pesquisas, trocas e valorização dos conhecimentos dos agricultores e moradores do meio rural. A nova política de assistência técnica e extensão rural, se contrapõe à antiga proposta, porque está seguindo o modelo desenvolvimentista e difusionista adotado pela revolução verde, traduzidos por pacotes tecnológicos, que não se utilizava dos conhecimentos e metodologias praticadas, ou não valorizava os conhecimentos empíricos dos agricultores, já a nova proposta de assistência técnica e extensão rural é dialógica, pois propõe a interação entre o conhecimento dos agricultores e o conhecimento dos técnicos, e privilegiando assim a promoção da participação através de metodologias e enfoques coletivos e participativos, na construção do conhecimento coletivos, onde todo público e o campesinato são valorizados pelos saberes que trazem e que podem construir conjuntamente com o saber técnico, numa abordagem de diálogos de saberes, com isso trazendo uma melhoria na qualidade de vida e possibilitando assim um aumento na produção sustentável para os agricultores e moradores do meio rural. O estudo foi realizado entre os meses de janeiro de 2016 a dezembro de 2016, envolvendo vinte famílias inseridas nas atividades de agricultura, pertencente a comunidade de Queimados do município de Feira Nova, o trabalho será realizado em consonância com as premissas da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, a pesquisa visa construir um diagnóstico das necessidades dos agricultores e moradores da comunidade em relação a parte agrícola e produtiva que na comunidade tem, para abordarmos de acordo com a lei de assistência técnica e extensão rural (ATER), um trabalho de parcerias com os agricultores, utilizando as práticas já existentes e levando novos conhecimentos para a comunidade.

Palavras-Chave: Extensão, Desenvolvimento rural, Assistência técnica.

¹ Bacharelado em Agronomia, IFPE-Campus Vitória de Santo Antão, adjairsilva.agronomia.ifpe@gmail.com

² Bacharelado em Agronomia, IFPE-Campus Vitória de Santo Antão, denisonsila@gmail.com

³ Licenciatura em Ciências Biológicas, UPE, jpaulofeitosa@hotmail.com

⁴ Dr. Em engenharia Agrícola, IFPE-Campus Vitória de Santo Antão, ronaldo.alves@vitoria.ifpe.edu.br

Introdução

A assistência técnica e a extensão rural (ATER) são serviços fundamentais no processo de desenvolvimento rural e da atividade agropecuária, pois é um instrumento de comunicação de conhecimento de novas tecnologias, geradas pela pesquisa, e outros conhecimentos.

A nova fase do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, que iniciou no Brasil em 2003, tem como princípios norteadores a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da agroecologia. Esses princípios possuem como um de seus fundamentos a valorização do conhecimento nativo, também conceituado como tradicional ou local (DIAS et al., 2008).

É importante salientar a troca de experiências e conhecimentos entre os profissionais e os agricultores. Uma vez que as ferramentas participativas possibilitam um processo de construção coletiva (DOLERON, 2015). Por meio da construção coletiva é possível solucionar os problemas produtivos sem danificar de forma drástica os aspectos culturais de cada comunidade, essa é a principal importância da nova extensão rural.

Portanto, esse trabalho tem como objetivo visa construir um diagnóstico das necessidades dos agricultores e moradores da comunidade em relação a parte agrícola e produtiva que na comunidade tem, para abordarmos de acordo com a lei de assistência técnica e extensão rural (ATER), um trabalho de parcerias com os agricultores, utilizando as práticas já existentes e levando novos conhecimentos para a comunidade

Fundamentação Teórica

Entre os anos de 1940 e 1960, as organizações de ATER, inicialmente entidades privadas, foram sendo criadas e disseminadas em várias partes do país, posteriormente enquadradas no sistema EMBRATER (Empresa Brasileira de ATER), em 1974 o governo federal criou a EMBRATER visando uniformizar as práticas de ATER que estavam sendo difundidas por “técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários e extensionistas rurais, formados segundo os cânones da Revolução Verde” (ALENTEJANO, 2012, p. 478).

Em 2010, foi instituída a Lei das ATER, e em 2013 foi criada a ANATER no Brasil. É um novo modelo com pessoas jurídicas de Direito Privado e empresas públicas que, em parceria com a Embrapa, promovem atividades sem fins lucrativos. As novas organizações são selecionadas através

de chamadas públicas e o governo federal tem demonstrado a intenção de gastar uma quantia razoável no desenvolvimento de projetos de extensão nos próximos anos. Esse é um modelo que foi bem-sucedido no México e vem para suprir uma lacuna decorrente do "apagão" dos serviços de assistência técnica nos anos 90 (BELIK, 2015).

O simples uso de técnicas desenvolvidas a partir do enfoque participativo, não garante por si só a efetiva participação dos agricultores no processo de diagnóstico e proposição de medidas para relaxamento das restrições. É necessária uma mudança de postura do pesquisador na forma de encarar o agricultor. Este comportamento exige do técnico um preparo especial, uma vez que normalmente ele não está acostumado a ver no agricultor um parceiro capaz de contribuir na análise da realidade. Como alertam Guijt & Cornwall (1995), aprender o uso de técnicas é a parte mais fácil. Adquirir a habilidade de comunicação e facilitação para aplicar junto aos agricultores é o mais difícil. A ênfase exagerada na aplicação de técnicas, pura e simplesmente, tem acarretado que muitas vezes o diagnóstico participativo tenha sido utilizado para buscar fatos antes de explorar perspectivas.

Metodologia

O estudo foi realizado entre os meses de janeiro de 2016 a dezembro de 2016, envolvendo vinte famílias inseridas nas atividades de agricultura, pertencente a comunidade de Queimados do município de Ferira Nova, localizado na região de desenvolvimento do Agreste Setentrional em Pernambuco (entre 7° 55' 39" Sul, 35° 22' 37" Oeste). O município conta com uma população de 20.568 habitantes, sendo destes 53% na área rural. Destes, 16.313 (79,3%) encontram-se na área urbana enquanto que, 4.258 (20,7%) da população residem na área rural (IBGE/CENSO 2010). As UPF (Unidade de Produção da Família) foram selecionadas a partir de manifestação voluntária dos agricultores em uma reunião, na qual foi apresentada a ideia do projeto aos agricultores que integram a Associação comunitária dos agricultores do sítio Queimados (ACOMASQ) que conta com cerca de cem associados.

O método usado utilizado está em consonância com as premissas da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, que determina que as assistências técnicas e extensão rural financiadas com recursos públicos estejam pautadas “pela intercomplementariedade e respeito mútuo, sobretudo no que se refere ao conhecimento dos agricultores” (BRASIL, 2004). Mussoi (2006), entre outros autores, acreditam que os novos pressupostos para a prática de assistência técnica e extensão rural significam reais possibilidades de mudança e construção de autonomia para os agricultores.

A pouca eficácia das metodologias utilizadas pela extensão rural para capacitar agricultores familiares em boas práticas de cultivos exige uma mudança de abordagem. Um método que garanta

a participação e o envolvimento das famílias é condição importante para a avaliação da percepção e das mudanças de atitude desses agricultores com relação a essas práticas.

A abordagem participativa deu-se por meio de reunião com membros, da associação, para identificar a percepção dos agricultores em relação ao tema proposto, fez-se a seguinte pergunta: Qual a principal demanda dos agricultores na comunidade?

Além, da aplicação dos questionários, em que as pessoas responderam individualmente as perguntas previamente formuladas, foi também proposto que os próprios participantes, sugerissem os temas de oficinas, além dos propostos. Os dados foram coletados para que inicia-se um processo de auto reflexão sobre seus próprios problemas e as possibilidades para solucioná-los. E também foram construídas cinco hortas para a o cultivos de olerícolas, segundo princípios agroecológicos, voltadas para o consumo familiar. A escola da UPF era por parte de interesse dos membros da comunidade e também da disponibilidade dos extensionistas.

Resultados e Discussão

Segundo os agricultores da comunidade da comunidade os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural e a agricultura familiar tem como referência o trabalho desenvolvido por extensionistas do Instituto Agronômico de Pernambuco e a prestação de serviços aos agricultores familiares da comunidade de Queimados situada no município de Feira Nova - PE. Porém, essa assistências não é realizada de forma contínua, por isso o trabalho visou realizar uma assistência técnica mas intensa e que possa resolver a demanda dos agricultores.

Nas reuniões realizadas na Associação foi proposto a realização de oficinas sobre a produção de biofertilizantes, compostagem, montagem de hortas. Com tudo no curso de hortas foram construídas cinco hortas, sendo estas utilizadas para alimentação familiar e seus excedentes sendo comercializados nas feira de agricultura familiar. Assim, segundo Souza et al (2014) o processo de discussão remeteu à questões significativas dos agricultores que deveriam ser superadas para que eles pudessem avançar qualitativamente no manejo e cuja superação exigia um conhecimento novo.

A produção de biofertilizantes, como também da compostagem faz com que as UPAs não tenha dependência de recursos externos as unidades e assim atendo a um dos princípios da agroecologia, segundo Graziano Neto (2013) Tal problemática é acentuada com o avanço do modelo de agricultura convencional que tem se mostrado insustentável, sobretudo do ponto de vista socioambiental

Também durante as reuniões para discutir os as dificuldades da UPA foram debatido temas relacionado a importância da preservação dos solos dos recursos hídricos das unidades, alertando dos problemas futuros se não fossem preservados esses recursos.

Após a realização das atividades foi possível identificar um considerável aumento da produção de hortaliça (Figura 1), além de um aumento de 25% na produção de milho, 22% a produção de batata-doce e 35% na produção de mandioca. Culturas habitualmente trabalhadas pela comunidade. A comunidade de Queimados não possuía cultura de produzir hortícolas. Na realidade a comunidade anteriormente estava habituada a consumir hortícolas comercializadas na feira livre de Feira Nova - PE.

A partir da demanda da comunidade e a implantação de culturas hortícolas nesta, houve uma melhoria na qualidade de vida da comunidade, além da geração de renda alternativa e a redução da necessidade de compra de produtos na feira livre, a qual não possui qualquer certificação de qualidade. Atualmente os produtos produzidos pela comunidade estão sendo comercializados em feiras livres e possuem demanda de programas governamentais, tais como PAA (Programa de aquisição de Alimentos) e PENAÉ (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Figura 1- Aumento na produção de hortaliças na comunidade de Queimados, Feira Nova - PE

As dificuldades de beneficiamento e comercialização de sua produção e a falta de organização social, aliados a outros problemas, são os principais entraves ao desenvolvimento da comunidade.

Em todas as etapas do trabalho foram adotadas metodologias participativas, protagonizando os agricultores neste processo coletivo de construção de conhecimentos. Foram atendidas ao todo vinte famílias que participaram de onze reuniões, uma a cada mês, nas reuniões estavam presentes quarenta agricultores, onde todos participaram assiduamente de todas as atividades e oficinas desenvolvidas.

A Extensão Rural pública deve priorizar a relação entre agricultores e agentes de Ater, criando novas possibilidades de resgate dos conhecimentos locais e de participação consciente nas mudanças necessárias nos níveis político, social, ambiental, econômico, cultural e ético. Além disso, deve estimular o estabelecimento de laços de solidariedade no meio rural. Desse modo, o uso de metodologias persuasivas e difusionistas estultrapassado. Esse tipo de intervenção não é compatível com o estilo de atuação dos profissionais de uma nova extensão. O novo enfoque de Ater requer que o agente esteja preparado para utilizar técnicas e instrumentos participativos que permitam o estabelecimento de negociação e a ampliação da capacidade de decisão dos grupos sobre sua realidade. As trocas de conhecimentos e de saberes empíricos e científicos, técnicos e agricultores poderão elaborar um conhecimento novo que lhes permitir fazer opções tecnológicas e não tecnológicas, adequadas as condições locais. A ação extensionista deve criar condições objetivas para ajudar no fortalecimento da cidadania, na efetiva participação dos atores nas decisões e na melhoria da qualidade de vida das populações rurais (CAPORAL; RAMOS; 2007).

Conclusões

1. A assistência técnica participativa possibilita repensar novas estratégias de extensão rural com os agricultores, visando sempre a interação e a troca de conhecimento entre os agricultores e os estudantes.
2. A metodologia aplicada conseguiu potencializar a comunidade, aumentando a renda das famílias e melhorando sua qualidade de vida dos agricultores.

Referências

ALANTEJANO, Paulo. Modernização da Agricultura. In: CALDART, Roseli et al. (org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**, Expressão Popular, 2012.

ANDRÉ, Maria Eliza D. A. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 1995. (Série Prática Pedagógica).

BELIK, W. A heterogeneidade e suas implicações para as políticas públicas no rural brasileiro. [Revista de Economia e Sociologia Rural](#). Piracicabas, v. 53, n.1, p. 9-30, 2015.

BRANDALISE, Luís Antonio; SASSI, Christian Reichmann. Proposta de política de assistência técnica agrícola: um desafio a técnicos e agricultores. In: **Gestão de Políticas Públicas no Paraná**. 2007. Disponível em Acesso em 26 de janeiro de 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretária da Agricultura Familiar. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF, Brasil, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. Rev. Reforma Agrária, Campinas: ABRA, v.24, n. 3, set/dez, 1994.(o mesmo texto pode ser encontrado na Rev. **Extensão Rural, Santa Maria**:

CHAMBERS, R. Rural Appraisal: Rapid, Relaxed and Participatory. London, Institute of Development Studies, 1992. (Discussion Paper 311).

DIAS, C.E.A.; NETO, J. F.; COMUNELLO, F. J. Enfoques metodológicos participativos e agroecologia na política nacional de assistência técnica e extensão rural. **Revista de Ciências Agroveterinárias**. Lages, v.7, n.1, p.48-53, 2008.

DOLERON.; LOPES.; SILVA.; FERREIRA.; **Diagnósticos rurais participativos uma ferramenta na construção do conhecimento agroecológico na comunidade de Mocotó**.

GRAZIANO, NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura**. 2. ed. Brasiliense: São Paulo, 1985.

GUIJT, I. & CORNWALL, A. Editorial: Critical reflections on the practice or PRA. London, PRA Notes 24, IIED, 1995. P. 2-7. **IBGE, Censo Demográfico 2010.** Disponível em www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/.../frm_hom_mul.php?codigo... Acesso em 04/09/2016.

MARY, W.; ARRUDA, J.; SILVA, V.; DUTRA, P.; SOUZA, R. S. Oficina de diagnóstico rural participativa. C I Orgânicos. **Centro de inteligência. Rio de Janeiro, 2011.**

MIKKELSEN, B. Methods for Development Work and Research: A Guide for Practitioners. New Delhi, Sage, 1995. 290 p.

MUSSOI, E.M. Curso de especialização em extensão rural para o desenvolvimento sustentável: uma experiência inovadora e transformadora. In: LIMA, J.R.T.; FIGUEIREDO, M.A.B. (Orgs.). Extensão rural, desafios de novos tempos: **agroecologia e sustentabilidade.** Recife: Bagaço, 171p, p.159-171, 2006.

PRETTY, J. N. and VODOUCHÊ, S. D. (1997): “Using Rapid or Participatory Rural Appraisal”. en: SWANSON, B. E.; BENTZ, R. P. and SOFRANKO, A. J. (eds.) (1997): **Improving Agricultural Extension: A Reference Manual. Roma: FAO.** pp. 47–55.